



**ACÓRDÃO Nº 434/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11545/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anuais.
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea – LÁBREA PREV.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Advogado:** Não possui.
- 6- **Responsável:** Sr. Rosifran Batista Nunes, Presidente do LÁBREA PREV, à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2111/2018-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anuais. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea – LÁBREA PREV. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Revel. Alcance. Prazo Autorização. Multa. Envio.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Rosifran Batista Nunes**, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LÁBREA PREV, exercício 2015, com fulcro no art. 1º, I da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, I da Resolução nº 04/02 - RI-TCE/AM, em razão da manutenção das impropriedades elencadas pela Comissão de Inspeção (DICAMI e DICERP) e pelo Ministério Público de Contas;
- 10.2- **Considerar revel** o **Sr. Rosifran Batista Nunes**, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LÁBREA PREV, exercício 2015, com fulcro no art. 20, §4º da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 88 da Resolução nº 04/02 - RI-TCE/AM, em razão de não ter apresentado razões de defesa e documentos relativos às impropriedades objeto das Notificações nº 02/2016 - DICAMI e 03/2017 - DICERP;
- 10.3- **Considerar em Alcance** o **Sr. Rosifran Batista Nunes**, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LÁBREA PREV, exercício 2015, no valor de R\$ 184.370,31 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e setenta reais e trinta e um centavos), com fulcro no art. 304 da Resolução nº 04/02 - RI-TCE/AM, em razão dos valores dispendidos e não comprovados devidamente apresentados no item 2 (subitem 2.2) do Relatório/Voto
- 10.3.1- **Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável, recolha os valores da glosa que lhe foi aplicadas, aos cofres públicos da esfera Estadual (órgão



**ACÓRDÃO Nº 434/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ), com fulcro no art. 72, III, “c” da Lei n.º 2.423/96, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do capítulo X, da Resolução n.º 04/02 – RITCE/AM;

**10.3.2- Autorizar** a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**10.4- Aplicar Multa ao Sr. Rosifran Batista Nunes**, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LABREA PREV, exercício 2015, no valor de R\$ 17.536,50 (dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), em razão das impropriedades elencadas nos item 01 (subitem 1.1 a 1.12) e item 02 (subitem 2.1) do Relatório/Voto;

**10.4.1- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo a responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**10.4.2- Autorizar** a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

**10.5- Em consonância com o Voto Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, enviar** cópia em mídia digital dos autos ao Ministério Público Estadual, para apurar os indícios de improbidade administrativa.

**11- Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 10 de Julho de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Desterro Xavier e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral